

**NARRATIVAS DE TRABALHO E RESISTÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NO
ASSENTAMENTO CANUDOS EM GOIÁS**

**NARRATIVES OF WORK AND SOCIO-ENVIRONMENTAL RESISTANCE IN
THE CANUDOS SETTLEMENT IN GOIÁS**

**NARRATIVAS DE TRABAJO Y RESISTENCIA SOCIOAMBIENTAL EN EL
ASENTAMIENTO DE CANUDOS EN GOIÁS**

*Valdir Specian*¹

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Iporá (GO), Brasil

*Eguimar Felício Chaveiro*²

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia (GO), Brasil

*Fernando Uhlmann Soares*³

Instituto Federal Goiano (IFGoiano), Rio Verde (GO), Brasil

Resumo: o presente artigo tem o objetivo de apresentar os conflitos e as resistências socioambientais no contexto do trabalho dos assentados no Projeto de Assentamento Rural de Canudos – Palmeiras de Goiás/GO. A observação participante foi a metodologia utilizada para inserção no cotidiano do assentamento. Os resultados revelam um processo de transformação do uso do solo nas parcelas do assentamento com a introdução da agricultura de grãos para exportação com consequências diretas para as famílias, assim como constatamos as possibilidades de resistência socioambiental e conservação do Cerrado no contexto da agroecologia.

Palavras-chave: Geografia; Conflitos; Agroecologia.

Abstract: This article aims to present the conflicts and socio-environmental resistance in the context of the settlers' work in the Canudos Rural Settlement Project - Palmeiras de Goiás/GO. Participant observation was the methodology used for insertion into the daily life of the settlement. The results reveal a process of transformation of land use in the settlement plots with the introduction of grain agriculture for export with direct consequences for families, as well as the possibilities of socio-environmental resistance and conservation of the Cerrado in the context of agroecology.

Keywords: Geography; Conflict; Agroecology.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar los conflictos y las resistencias socioambientales en el contexto del trabajo de los colonos en el Proyecto de Asentamiento Rural de Canudos - Palmeiras de Goiás/GO. La observación participante fue la metodología utilizada para la inserción en la vida cotidiana del asentamiento. Los resultados revelan un proceso de transformación del uso de la tierra en las parcelas de asentamiento con la introducción de la agricultura de granos para la exportación con consecuencias directas para las familias, así como las posibilidades de resistencia socioambiental y de conservación del Cerrado en el contexto de la agroecología.

Palabras-clave: Geografía; Conflictos; Agroecología.

¹ Doutor em Geografia. Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Iporá (GO), Brasil. E-mail: vspecian@gmail.com

² Doutor em Geografia Humana. Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: eguimar@hotmail.com

³ Doutor em Geografia. Professor no Instituto Federal Goiano (IFGoiano), Campus Rio Verde (GO). E-mail: fernando.soares@ifgoiano.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Tanta Terra, Tantos Conflitos – a apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e está na origem da desigualdade de poder político, econômico e de prestígio na sociedade brasileira como um todo (Porto-Gonçalves, 2001, p. 50).

A discussão sobre desigualdade social, democracia e cidadania perpassa por uma série de direitos universais, nem sempre garantidos aos brasileiros, como: educação pública, gratuita e de qualidade; cultura; alimentação saudável; segurança; saúde e trabalho; moradia; bem estar e ambiente saudável e direito à terra, para aqueles que vivem o presente e para as gerações futuras. No campo da sociologia, que se insere nas discussões desse artigo, Martins (1994) aponta:

Uma certa pobreza de perspectiva tem sustentado a suposição, mesmo entre sociólogos, de que a questão da terra interessa aos trabalhadores rurais e a mais ninguém. Problema residual do passado, será resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis. Assim pensam os que não conseguem ver que no problema fundiário está o núcleo das dificuldades para que o País se modernize e se democratize (Martins, 1994, p. 12).

Se a modernização e a democracia têm relação direta com a questão fundiária (Martins, 1994, p. 12) e a renda da terra, e concordamos com isso, temos que os problemas do Brasil, na cidade e no campo, têm correlação com questão agrária e fundiária. Porto-Gonçalves (2001, p. 162) em referência a carta oficial do Primeiro Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em Goiânia/1989, aponta, entre outras questões, “a percepção da problemática da Reforma Agrária como essencial na busca de uma democracia substantiva, ou seja, que incorpore valores de justiça social (...)”.

O grande impasse do Brasil rural, tido como moderno do ponto de vista tecnológico, é a sua incapacidade de fazer chegar aos brasileiros uma condição básica da expressão da cidadania – o direito de se alimentar.

A realidade do campo brasileiro, descrito por Martins (1994), portanto, há vinte e sete anos, não mudou muito em nossos dias. Talvez tenha piorado. Avançando no tempo e nos apoiando em Brandão (2009), destacamos:

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Esta racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho, altera as estruturas sociais do poder, de apropriação de espaços da vida, trabalho e produção. (...) que em poucos meses transforma biomas de Cerrado no Norte de Minas em milhares de alqueires de deserto verde de eucaliptais, e que faz o círculo de plantio de soja em lavouras irrigadas chegar até as portas de Brasília, além de alterar a vida das paisagens e de pessoas, das beiras do Chuí às do Oiapoque (Brandão, 2009, p. 34).

Essa racionalidade apontada por Brandão (*op. cit.*) parece não querer enxergar que os recursos naturais disponíveis à sociedade estão se esgotando e sem estes a vida das novas gerações é ameaçada. Com destaque ao Cerrado, seja no norte de Minas Gerais, como citado, ou no Estado de Goiás (foco deste artigo), a ameaça ao Bioma é uma ameaça ao próprio Território de reprodução do agronegócio. A água, recurso essencial para a produção de commodities pelo agronegócio, se torna indisponível na mesma proporção que o Bioma é destruído.

Ao contrário do que fazem os empresários da agricultura, os camponeses tendem a manter uma outra relação com o Bioma Cerrado, a conservação do Bioma é a garantia de sua própria existência. Considera-se que a degradação de nascentes, a descontinuidade da vazão dos rios na época de estiagem (abril/outubro), a inviabilização de áreas de agricultura e pastagem, são condições para impedir a reprodução da vida camponesa no Cerrado. A manutenção das árvores frutíferas, como: Pequi; Baru; Guariroba (palmeira); Araticum; Murici; Jenipapo; Jatobá e outras é uma forma de obter renda ao camponês e, igualmente, alimentar a fauna do Cerrado. A junção entre camponeses e Cerrado, formam o Ambiente de Resistência Socioambiental. No “Cerrado do Agronegócio” fica apenas a monotonia biológica das commodities agrícolas: soja, milho e cana-de-açúcar.

Nas disputas de narrativas, “o agro pop, tech, tudo” aparece na grande mídia como o maior responsável pela produção de alimentos e motor da economia brasileira. Essa condição é questionada por Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), os autores apresentam uma série de dados que contestam a condição do agronegócio com “grande motor da economia”. Segundo os autores (Mitidiero Junior; Goldfarb, *op. cit.* p. 32), o agronegócio se vangloria por ser o único setor que não parou durante a pandemia em 2020 e bateu novos recordes de produção de toneladas de grãos, em contrapartida, a fome no Brasil aumentou (Neves et al, 2021; Lustosa, 2021). Uma prova inquestionável que o setor não produz para o mercado interno.

As disputas pelo uso da água, a degradação ambiental, o aumento da fome que contrapõem aos recordes de produção agrícola, entre outros, formam um conjunto de fatores associados à expansão do agronegócio em Goiás e no Brasil que tem reflexos diretos nos assentamentos de reforma agrária. Além dos indicadores econômicos internos e externos favoráveis à expansão de área de commodities agrícolas, existe um governo que estimula o setor em detrimento de políticas de conservação das áreas “já ocupadas”, sejam reservas naturais e/ou áreas indígenas.

De um lado existe um estímulo, extra, aos empresários do agronegócio. Do outro lado, as políticas de créditos para a agricultura familiar, aliadas aos mecanismos de soberania alimentar foram perdendo recursos e/ou extintas no atual governo. De acordo com Fernandes et al. (2020, p. 339), desde do início do Governo Jair Bolsonaro (2019 – 2022) as políticas para o campo, criadas nos governos anteriores, com foco na agricultura familiar foram descontinuadas e/ou reduzidas, os exemplos citados são: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO; Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; Programas Terra Sol e Terra Forte.

Todas essas condições provocam uma “tempestade perfeita” (Strassburg et. al., 2017) que projetam a continuidade da destruição do Cerrado e de sua sociobiodiversidade, concomitante ao aumento do latifúndio e em detrimento da permanência dos camponeses no campo. Ainda assim os camponeses resistem, mesmo que “cercados e a contrapelo” (Silva, 2018).

O presente artigo busca avaliar os conflitos e resistências no Projeto de Assentamento Canudos – GO (PA Canudos), após vinte anos de criação e qual a projeção para os próximos anos. Os conflitos estão inseridos, particularmente, no contexto do avanço do Agronegócio em direção ao PA Canudos e aos assentamentos de Reforma Agrária, em geral. As resistências estão entrepostas na forma em que os próprios camponeses lidam com esses conflitos e, em alguns casos, apresentam soluções e/ou projetos que denominamos de “Resistência Socioambiental.”

2. OS CAMINHOS PERCORRIDOS

A motivação para a elaboração desse artigo⁴ é facultada ao constatar que a cada dia mais brasileiros entram para o mapa da fome, o último levantamento de 2020 mostrava que cerca de 19 milhões brasileiros passavam fome no Brasil (Freitas *et. al.*, 2021) e esse número pode ter aumentado em 2021 em decorrência da pandemia do Coronavírus e da inflação, essa última ocorreu, essencialmente, sobre o preço dos alimentos. O aumento do números de brasileiros famintos, ano após ano, é acompanhado pelo aumento da produção e da produtividade do agronegócio. Um par dialético.

No campo do agronegócio não se produz alimentos como dizem, se produz commodities, se o fosse – o pão, o arroz, o feijão, a carne e as verduras estariam postos à mesa dos famintos, não teríamos mais crianças que dormem ao sabor de água com açúcar para enganar suas entranhas daquilo que é impossível enganar – a fome. “Somos alimentados por grãos, frutas e folhas que ainda provêm bem mais da multivariância da agricultura familiar, típica do campesinato tradicional (...)” (Brandão, 2009, p. 36).

A escala que buscamos nesta discussão é aquela próxima do sujeito e a sua interação com o ambiente, com a intenção de valorização de ambos. “O lugar é o território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais” (Leff, 2015, p. 340).

A pesquisa que permitiu a organização deste texto foi realizada ao longo do ano de 2021, através de uma série de visitas ao Assentamento Canudos-GO (quadro 1). A maior concentração destas visitas ocorreu na fração do assentamento que localiza-se no Município de Palmeiras de Goiás-GO (figura 1), e, em particular, na Unidade de Produção Agroecológica – Colmeia (que vamos denominar na sequência apenas como Unidade Colmeia), parcela do assentamento dedicada à produção de alimentos sem o uso de venenos. Da unidade Colmeia foi possível realizar incursões para outras parcelas do assentamento.

⁴ O presente artigo é parte do capítulo de tese – intitulada: Camponeses no Cerrado Goiano: resistência socioambiental e as novas ofensivas do capital

Quadro 1 – Visitas realizadas no PA Canudos ao longo do ano de 2021.

Visitas	Período	Locais e Objetos da Visita
1	15 – 17/01/2021	VI Circuito da Sociobiodiversidade ⁵ , visita em grupo nas parcelas da área 2b, 3 e 4 (Palmeiras de Goiás).
2	21 – 24/04/2021	Visita de observação participativa (individual) – Unidade Colmeia e inserções nas áreas 2b, 1a, 1b e 7 – nos três municípios que o assentamento se insere: Palmeiras de Goiás; Guapó e Campestre de Goiás.
3	11 e 12/06/2021	Visita de observação participativa na Unidade Colmeia e parcelas próximas.
4	04 e 05/09/2021	Visita de observação participativa na Unidade Colmeia em conjunto com pesquisadores da Universidade de Brasília
5	14 e 15/09/2021	Visita de observação participativa – Unidade Colmeia
6	05 – 16/10/2021	Visita de observação participativa, Unidade Colmeia e demais parcelas próximas. Neste período foram realizadas atividades contínuas de preparação de solo, plantio, colheita na Unidade Colmeia.
7	03 – 05/12/2021	Visita de observação participativa, Unidade Colmeia e demais parcelas próximas. II Seminário de Desenvolvimento Rural, organizado por pesquisadores da Universidade de Brasília – UNB; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Estadual de Goiás – UEG e Universidade do Norte do Tocantins – UFNT.
8	09/12/2021	Visita de observação participativa em Parcelas de Parcela do Assentamento nos Municípios de Guapó e Campestre de Goiás.
9	11 – 14/12/2021	Visita de Observação Participativa na Unidade Colmeia.

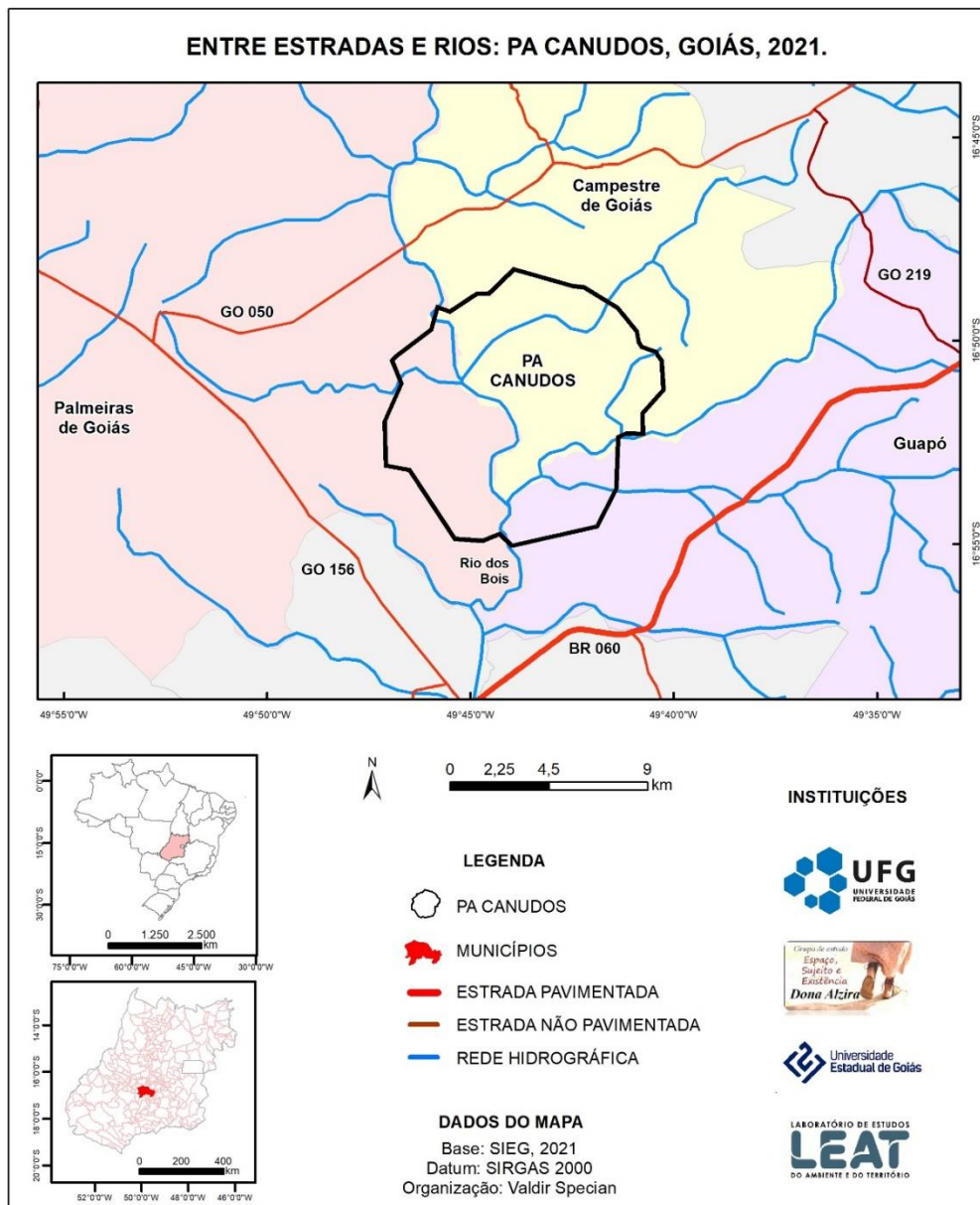
Organização: os autores.

Definimos as atividades realizadas com essas visitas – “como pesquisa engajamento”, em razão de todos os afazeres desenvolvidos na Unidade Colmeia. A base teórica e metodológica foi pautada na técnica de observação participante, também denominada de pesquisa participante (Proença, 2007; Heidrich, 2016).

No PA Canudos buscamos compreender, durante as visitas, o cotidiano de parte dos assentados. Entre uma refeição e outra, em cada café servido e/ou durante o trabalho na Unidade Colmeia foi possível pautar reflexões sobre os conflitos que ocorrem no assentamento; a pressão sofrida pelos assentados em relação ao avanço do agronegócio; a projeção/analítica do futuro do assentamento em relação a permanência dos assentados no PA Canudos e a conservação do Cerrado e as possibilidades da produção agroecológica. Na prática, a pesquisa participante e de engajamento é uma forma de crescimento pessoal e profissional do pesquisadores.

⁵ Os Circuitos da Sociobiodiversidade são atividades ligadas ao Projeto *Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado* (projeto Capes/Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil - PGPSE/4611).

Figura 1 – Localização do PA Canudos – entre rodovias e rios.



Conforme apresentado na figura 1, o PA Canudos ocupa área de três municípios e é dividido em regiões/áreas (INCRA-PDA, 2003, p. 83), sendo: no município de Guapó – localizam-se as áreas 1A e 1B; no município de Palmeiras de Goiás – localizam-se as áreas 2A, 2B, 3 e 4 e município de Campestre de Goiás – localizam-se as áreas 5, 6, 7, 8 e 9. A Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN que compõe o PA Canudos é toda localizada no Município de Campestre de Goiás.

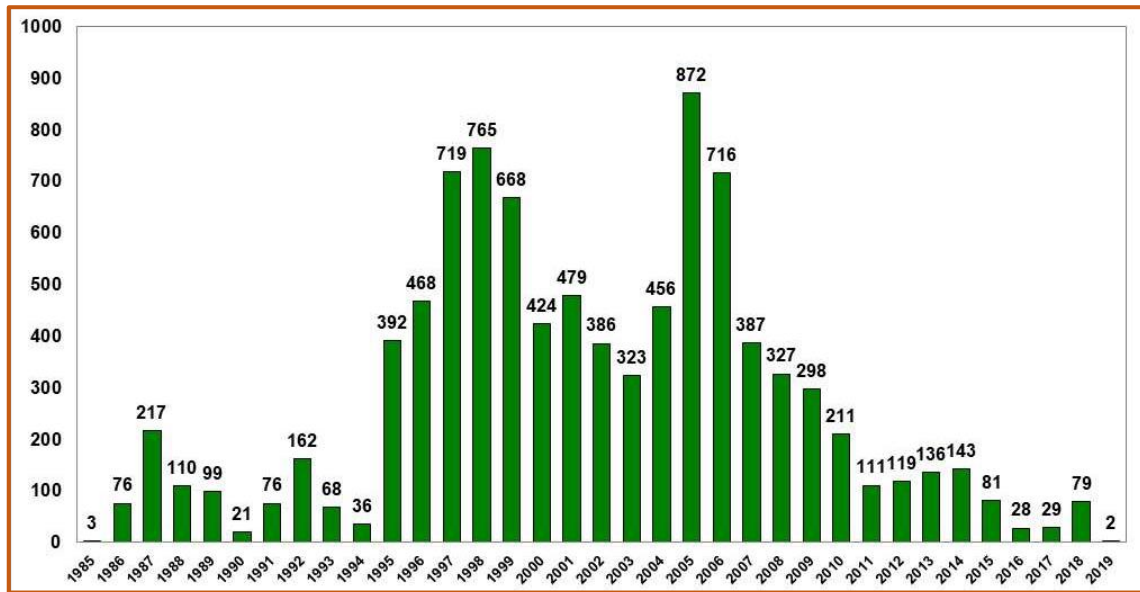
A proposta de divisão das áreas do PA Canudos tem origem na organização das ocupações da Fazenda Palmeiras. Enquanto o processo de desapropriação definitiva da fazenda tramitava no INCRA, os futuros assentados organizaram a divisão das áreas. Os agrupamentos das famílias nas áreas ocorreu conforme os fatores de proximidade: parentesco, amizade, religiosidade. Esses agrupamentos eram organizados por lideranças/coordenações. Ao longo das ocupações, era uma estratégia do MST fazer acampamentos em diferentes pontos da Fazenda, garantindo a segurança dos acampados. Um outro fator considerado na divisão das áreas/lotes foi o acesso à água, ou seja, a rede hidrográfica do assentamento contribuiu para a organização da divisão das parcelas (INCRA-PDA, 2003, p. 83).

3. ASSENTAMENTOS RURAIS - HISTÓRIAS DE LUTAS E FUTURO DE (IN) CERTEZAS

Assentamentos rurais fazem parte de políticas públicas. No caso do Brasil, essas políticas são transformadas em ações de governo e não de estado. Um dado contundente que mostra que a Reforma Agrária não é pauta do atual governo ou dos governos que assumiram o Brasil após o golpe de 2016 é o gráfico do número de assentamentos implantados nos últimos 34 anos (figura 2). Para o ano de 2019 o INCRA registrou a criação de apenas 2 (dois) assentamentos no Brasil (DATALUTA, 2020).

Ao mesmo tempo que o governo federal restringe os recursos aplicados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, inviabilizando a condução de uma política de assistência aos assentamentos rurais constituídos e/ou de desapropriação de novas áreas para Reforma Agrária, os conflitos no campo aumentam (CPT, 2021).

Figura 2 – Número de Assentamentos Rurais Criados no Brasil entre os anos de 1985/2019



Fonte: Relatório DATALUTA/Brasil (2020).

No interior dos assentamentos constituídos alguns fatores podem ser pontuados, os quais funcionam como uma bomba relógio para explosão dos conflitos fundiários:

1. A venda de partes das parcelas para novas famílias – inviabilizando a capacidade de reprodução das famílias residentes – áreas menores que um módulo rural;
2. O assédio de grandes fazendeiros por terras bem localizadas em assentamentos rurais para o arrendamento e plantio de commodities agrícolas;
3. A titulação de terras e a permissão de venda.

Este ambiente que divide: produção; resistência socioambiental e conservação do ambiente; manutenção da vida e conflitos provocados pelas formas de uso da terra associadas ao processo de arrendamento, marcam as condições dos assentamentos rurais no Brasil e, também, do PA Canudos. O futuro incerto dos assentamentos pode provocar uma nova onda de migração campo/cidade desses camponeses assentados e, igualmente, a escala da violência no campo, como já ocorre, em locais de avanço das frentes de agronegócio sobre as terras de comunidades tradicionais, como no caso da região do MATOPIBA (Mondardo e Azevedo, 2019; Jesus, 2020; Santos, 2021).

3.1 - PA Canudos: território de conflito e de resistências

O PA Canudos é fruto de um processo de ocupação da Fazenda Palmeiras com sede no Município de Palmeiras de Goiás a partir de 1997, ano da primeira ocupação. O

assentamento foi implantado no ano de 2000. Ao longo dessa história, entre ocupações, implantação e consolidação do assentamento, uma série de conflitos, resistências e transformações ocorreram. Os detalhes desse histórico de lutas e transformações do PA Canudos podem ser encontrados nos trabalhos de Silveira e Machado Filho (2013); Anacleto (2014); Marques (2017); Estácio (2018); Marques e Chaveiro (2019).

Interessa-nos analisar as transformações em curso no PA Canudos e como isso poderá refletir no futuro do assentamento e dos camponeses assentados e, também, em relação às áreas de Cerrado que até o momento estão conservadas. A principal transformação está associada aos arrendamentos das parcelas para o plantio de commodities agrícolas, soja e milho.

Destaca-se que um assentamento pulsa a própria oscilação política do Brasil, conforme aponta Martins (1994, p.146), momentos de avanço progressista, intercalados com os retrocessos, como no tempo presente em que a pauta da agricultura familiar, segurança e soberania alimentar; conservação do ambiente e, tantos outros temas, ficam de fora das políticas públicas.

As reflexões de Martins (1994) foram anotadas em seu caderno de campo durante a 8ª Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizada em 1989, antes das eleições daquele ano. O autor refletia sobre a provável vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello em 1989.

“Havia uma esperança (dogmática) entre os participantes da assembleia da possibilidade de um novo Brasil, davam como certa a chegada de um operário ao poder e este, por sua vez, resolveria as demandas pela terra do Brasil. Esse poder, na visão dos agentes e demais membros da assembleia, se resumia na figura, quase mística, do presidente. Não havia preocupação em eleger deputados e senadores comprometidos com a causa dos camponeses.” (Martins, 1994).

O momento que vivemos (2021/2022) é de retrocesso, a questão agrária é pautada, única e exclusivamente, pelo agronegócio e seus interesses de expansão sem limites. As resistências estão reprimidas, mas não aniquiladas. O desastroso governo em curso (2019/2022) permite que muitos setores, progressistas, de nossa sociedade, entre eles os camponeses, deem como certo o retorno ao poder de um presidente “alinhado com as necessidades do povo”. Será? Sem a eleição de um conjunto de deputados/senadores

que corroboram com esse pensamento, o sonho se transformará em pesadelo. Uma repetição da história.

Recorrendo novamente a Martins, na obra “Não há Terra para plantar neste verão - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do Campo” (Martins, 1986) podemos fazer um trocadilho e dizer: o avanço do agronegócio e a produção de commodities na safra 2021/2022 foi tão expressiva ao ponto de faltar “terra para intoxicar neste verão” – por isso os assentamentos em áreas agrícolas já consolidadas, como o PA Canudos, se transformam em “área de expansão do agronegócio” através do arrendamento dos lotes dos assentados. Existe uma alucinada busca de novas áreas de expansão da soja.

A terra é arrendada para empresários, de fora e dentro do assentamento. Qual será o resultado desse processo, ainda não sabemos, mas “falta terra para plantar commodities neste verão” e os camponeses vivem o dilema entre manter sua lógica de produção com pequenas roças e manutenção do gado de corte ou de leite, ou ceder suas terras para o arrendamento. Esse último, permite receber um valor de até 3 salários mínimos mensais.

A mudança nas formas de uso da terra no PA Canudos, saindo da pecuária (corte e leite) e produção agrícola para o consumo próprio e venda de excedentes, para uma forma de uso intensivo do solo para a plantação de commodities agrícolas, seja por arrendatários externos e/ou internos e pela própria ação isolada de alguns assentados, parece ser o maior pivô de conflitos, mas não é o único. O quadro 2 apresenta indicadores desses conflitos.

As visitas ao assentamento e a pesquisa participativa permitiram mapear os indicadores de conflitos no cotidiano do assentamento. Destaca-se que um assentamento é dinâmico, os camponeses forjados na luta pela Reforma Agrária estabelecem ritos de discussão dos problemas e, seguramente, os conflitos internos afloram.

Ainda que tenha sido possível construir um quadro síntese de mapeamento dos conflitos que ocorrem em Canudos, baseados no diálogo com os assentamentos ao longo do ano de 2021, esse mapeamento ainda pode estar longe de um entendimento profundo dos problemas enfrentados pelos assentados. Na literatura é possível encontrar alguns paralelos que permitem elucidar outras causas desses conflitos.

Candido (2003) fez uma referência ao “caipiras” de São Paulo em sua obra *Parceiros do Rio Bonito*, “quando, no entanto, as alterações do ambiente circundante não podem ser compensadas por esta forma (pela mobilidade), surgem as condições de desequilíbrio e crise” (Candido, 2003, p. 222). É fato que o território/tempo que o autor descreve é do interior de São Paulo em 1948 e das dificuldades que os camponeses (caipiras) tem com o esgotamento dos recursos naturais, a relação com o meio é quebrada pelo esgotamento e não resta mais a possibilidade de migrar (mobilidade), nisso aparece a crise – socioambiental.

Se os recursos naturais das parcelas dos assentados não permitem mais a manutenção da vida destes – “é hora de migrar”. No Cerrado, entre os recursos, fundamentalmente está a água e/ou a escassez da mesma, porém não é o único, se não se pode tirar o mínimo de alimento da terra, a motivação para continuar desaparece.

Quadro 2 – Diagnóstico de conflitos internos em curso no PA Canudos.

Item	Fato	Atores	Consequências
1	Arrendamento de lotes	Empresários do Agronegócio externos ao assentamento; Assentados.	O MST condena o processo de arrendamento em seu Programa Agrário (MST, 2015, p. 30 e 40). No contexto do assentamento não há segurança jurídica para esse tipo de negócio. A terra arrendada deixa de fazer jus à sua função social de produzir alimentos para as famílias assentadas. Os jovens das famílias que arrendam as terras não encontram motivos para continuar no assentamento, considerando que o valor recebido oferta uma aparente melhora nas condições de vida. Pode ocorrer um esvaziamento do assentamento.
2	Desmatamento (ameaça a reservas)	Pessoas externas ao assentamento que compram a madeira para uso em fornos; Plantadores de soja; Assentados.	Ameaça as reservas de cada lote do assentamento e da RPPN que ocupa metade da área da antiga Fazenda Palmeiras; Ameaça a fauna local e ao equilíbrio ambiental: mais processos erosivos e morte de nascentes e rios.
3	Plantio de soja	Empresários do Agronegócio; Assentados que arrendam terras de outros assentados.	O avanço da soja sobre as parcelas do assentamento é o grande conflito que se associa aos demais. O plantio de soja no contexto dos “pacotes agrícolas”: mecanização, veneno e transgênicos, provoca a homogeneização da paisagem, retira toda a vegetação do Cerrado, acarretando todo um processo de degradação ambiental.
4	Pressão sobre os recursos hídricos	Assentados; Poder Público; Turistas e Pescadores; Empresários do Agronegócio.	O PA Canudos é rico em recursos hídricos. O rio dos Bois, que atravessa o assentamento, é alvo de invasão de pescadores e turistas. Os cursos d’água (afluentes do rio dos Bois) sofrem com a disputa pela água e a possibilidade de contaminação com o veneno das lavouras. Podem ocorrer disputas pelo uso da água para a irrigação de lavouras de soja plantadas nas parcelas arrendadas. Os conflitos de uso d’água devem aumentar na medida em que as reservas florestais do PA Canudos são degradadas. Existem estudos que o rio dos Bois possa fornecer água para a população da grande Goiânia.
5	Venda de parcelas	Assentados; Pequenos empresários das cidades da região e da capital.	Parte do PA Canudos pode virar um condomínio de chácaras de lazer, caso o processo de venda de partes das parcelas persista. Lotes pequenos inviabilizam a produção para a família do assentado; novos conflitos por áreas; negação da função social da terra.
6	Veneno das lavouras	Produtores de Soja e Milho (arrendatários); Assentados; Representantes do Setor de Agroquímicos.	Orientações para uso de veneno em excesso; riscos para a saúde dos próprios assentados que manipulam o veneno aplicado nas lavouras e demais assentados; prejuízos de hortas nas divisas de parcelas que usam veneno (inviabilização das hortas); mortes de animais domésticos e rebanhos. O veneno está matando o pasto nas áreas limites de parcela (soja/pasto). Esse item é pauta de discussões nos grupos de WhatsApp do assentamento.

7	Exploração de argila	Empresas do Setor Cerâmico e Assentado.	Os rios dos Bois tem áreas de várzeas ricas em argila. Um assentado vendeu a argila em área de reserva legal para exploração de empresas do setor cerâmico. Isso gera um passivo ambiental e coloca pressão sobre outros assentados que podem ser assediados para vender a argila do fundo de vale de suas parcelas. Um processo de destruição de várzeas, nascentes e do rio dos Bois.
8	Ausência de alimentos	Assentados; Empresários do Agronegócio; Avifauna.	A homogeneização do uso da terra no PA Canudos com a retirada da vegetação nativa e a plantação de soja (e milho) faz com que faltem alimentos básicos nas parcelas: legumes; hortaliças; frutas; feijão; arroz; leite etc. A produção é inviabilizada pelo uso total da área para as commodities e pelo veneno que prejudica as parcelas vizinhas. Da mesma forma, faltam alimentos para aves e animais silvestres, faltam árvores. As árvores de Pequi que resistem em algumas parcelas são “invasoras” pelas araras que buscam alimentos.
9	Pressão do agronegócio	Empresários do Agronegócio e Assentados.	A pressão do Agronegócio deverá se intensificar para além do processo de arrendamento inicial. Existe um processo de assédio aos assentados para vender ou arrendar seus lotes. A pressão para transformar novas áreas de Cerrado e pastagens em lavouras encontra nas áreas planas do PA Canudos uma “vitrine” a ser conquistada. Essa condição é estimulada pela titulação dos lotes dos assentamentos e pela falta de políticas públicas que permitam a permanência dos jovens no PA Canudos e assentamentos em geral. Um novo êxodo rural pode ocorrer.
10	Ocupação por camponeses acampados – sem terra	Assentados e Grupos Sem-Terra sem vinculação a movimentos organizados.	Grupos de Sem-terra acampados nas margens da rodovia GO 156 em Cezarina/GO ocuparam por duas vezes parte da reserva (RPPN) do PA Canudos. A manutenção da reserva é condição da própria existência do assentamento. Esses grupos entendem que é possível alocar mais famílias na área do PA Canudos.
11	Falta de Crédito para os assentados	Governo Federal, Assentados e Agentes do Agronegócio.	O governo em curso (2019/2022) é marcado pela descontinuidade de programas de compra direta do agricultor – como o PAA e o PNAE. Esses programas garantiram renda aos camponeses, além da produção de alimentos para eles e para famílias e escolas beneficiadas (merenda escolar). A ausência de crédito público para a produção e comercialização contribui para o aumento do “assédio” dos agentes do agronegócio aos assentados. Eles, agentes do agronegócio, têm o dinheiro para ofertar às famílias, arrendando suas unidades de produção. Além disso, para o agronegócio não falta crédito do governo federal. Os assentados se veem no dilema entre não ter para onde escoar a sua possível produção (prejuízo), ao mesmo tempo que o dinheiro do agronegócio pode entrar “fácil” pela porta da frente ao custo de perder o “domínio de produção de alimentos” de suas parcelas.

Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: SPECIAN, Valdir .

Em Brandão (2009, p. 150) existe uma descrição de como as comunidades rurais se relacionaram com o ambiente – “naquilo que ele chamou de eixo horizontal”. “Os primeiros habitantes viam a natureza como obstáculo, a água dos rios era “necessária e hostil”, quando bem distribuída (geralmente era) significavam ganhos, às vezes os invernos acentuados causavam prejuízos.” O tempo e a destruição da vegetação fez com a água dos rios e riachos diminuíssem, expulsando a vida. O tempo foi curto entre abundância e a ausência. Hoje falta água nas propriedades dos períodos de seca no Cerrado, os rios não enchem, assim como as cisternas.”

(...) é possível montar para Mossâmedes (GO) dois eixos de relações: um horizontal, passado entre o homem e a natureza; outro vertical, entre categorias de produtores de bens e agentes da sociedade (Brandão, 2009, p. 149).

O segundo eixo apontado por Brandão (op. cit.) pode ser associado, em nossos dias, nesta relação do assentado com o “agente do agronegócio” – seja ele, outro assentado ou mesmo um empresário do setor que tem como desejo o arrendamento das terras dos primeiros.

Para o município de Mossâmedes/GO, “o fim do ciclo da fatura está associado à reorganização fundiária da região e ao aumento das áreas de lavouras, considerando a passagem da condição da venda de excedentes para a condição de produção para o mercado, sendo marcado, também, pela mudança nas relações de trabalho no campo. A chegada do trator e do fertilizante marca a derrubada do Cerrado e o estabelecimento do vazio ecológico” (Brandão, 2009, p. 156).

Indiretamente, o arrendamento para o agronegócio provoca a situação que Brandão (op. cit.) apontou. As palavras de um assentado do PA Canudos (2021) fazem referência ao possível esvaziamento produtivo do assentamento: “haverá um momento que não acharemos um ovo, mandioca, leite ou queijo para comprar no assentamento”. O assentado faz uma crítica à opção pelo plantio de commodities agrícolas.

A opção pelo arrendamento dos lotes para o plantio de soja e milho tem como consequência direta: a falta de área em cada lote para manutenção do rebanho, em geral; falta de área para o cultivo de hortaliças e frutas e/ou essas serão prejudicadas pelo veneno aplicado nas lavouras, conforme descrito no quadro nº 2. Sobre os conflitos pontuais registrados no PA Canudos, inclui-se a reclamação de um assentado que perdeu todas as

galinhas e frangos do terreiro, além cachorro de estimação, as mortes foram associadas à aplicação de veneno da soja, evidentemente não foram realizados exames toxicológicos no animais mortos e nada foi provado.

O conflito que se estabelece nas relações de arrendamento do solo já havia sido previsto nos estudos de Marx, conforme aponta Foster (2014). Existe uma quebra (ruptura) na relação metabólica entre o homem e a natureza (ambiente). Nas discussões apresentadas pelo autor (Foster op. cit.) estão justamente as relações de arrendamento e renda fundiária da terra e os significados socioambientais dessa associação. Haverá entre os arrendatários alguma preocupação com a conservação dos recursos naturais? Isso já havia sido respondido por James Anderson para a Inglaterra do início do século XIX, é claro que não. (Foster, 2014, p. 206).

A questão, porém, não se resume ao solo. No PA Canudos ou em qualquer outro assentamento, sobretudo no Cerrado, a degradação dos recursos naturais é rápida e as consequências duradouras, e não se restringem apenas ao solo. A água, componente fundamental para a vida camponesa, se escasseia na mesma proporção que se devasta a vegetação do Cerrado. A monocultura da commodities não permite que árvores do Cerrado “permaneçam em pé”. A consequência é a separação metabólica entre o assentado e a sua unidade de produção.

A narrativa que acompanha esse avanço do agronegócio no Brasil, é a ideia da vanguarda tecnológica, das taxas de produtividade e da necessidade de acabar com a fome do mundo. Argumentos que são questionados por Brandão (2009).

Para que a terra produza em excesso – o mito tecnológico da produtividade - tanto seres de grupos humanos são retirados das paisagens anteriores, quanto a própria terra é subjugada: tornada plana, vazia do que não sejam os espaços úteis à da produção, exaurida de recursos naturais e impregnada das químicas do agronegócio. (...) Isto significa que a absoluta racionalidade da modernização do campo brasileiro apoia-se organicamente em alternativas bastante pré-capitalistas de “conquista” da terra e de “posse e uso” do trabalho (Brandão, 2009, p. 49).

No que se refere ao agronegócio, existem diferenças que podem passar despercebidas para aqueles que olham o campo apenas pelas propagandas da televisão ou via notícias que chegam pelo celular, difundidas por esse setor da economia. Para Porto-Gonçalves (2021) as diferenças começam nas palavras: Agronegócio – é negócio, acima

de tudo. Sua dimensão capitalista não consegue enxergar outra coisa senão o máximo nível de exploração do ambiente e da vida (socialmente organizada). Agricultura – é cultura, outra dimensão do campo – produzir e reproduzir culturas – que alimenta a vida e a alma.

Não paramos apenas nesse trocadilho – negócio e cultura. O território do agronegócio tenta sintetizar o espaço/tempo – no plantio, na aplicação de venenos e na colheita, os trabalhadores que “monitoram as máquinas” não tem turno ou hora – o trabalho é contínuo – não existe mais o significado do pôr do sol e/ou a alvorada, a máquina não pode/não precisa parar, ela que comanda os corpos.

Para o camponês que produz alimento e não commodities – o horário é marcado pelo sol e a chuva. Ainda que, a modernidade tenha chegado ao campo – do Camponês, o pôr do sol é o convite para o descanso e a alvorada marca o início de suas atividades. No Cerrado, o período seco marca a lógica de cuidar da casa, do solo, da preparação – da venda do excedente, o manejo com o gado muda. O tempo das águas é o momento da intensidade do plantar, o leite aumenta, mas o trabalho no curral é mais duro. Nesse caso se reproduz cultura e negócios, e não apenas o último. Para Brandão (2009, p. 43), algumas comunidades camponesas, indígenas e/ou quilombolas o tempo é mais “comida” do que “dinheiro”.

Voltando aos conflitos provocados pelo arrendamento da parcela, é inevitável considerar que o camponês arrenda a terra pela própria condição de vida, faltam recursos, que aliados à diminuição da capacidade de trabalho provocado pela idade e pelos anos de trabalho árduo, não deixam alternativas ao assentado.

Aos assentados mais jovens, o arrendamento e o “dinheiro fácil” provoca uma espécie de letargia em relação à parcela de produção. O ócio pode provocar consequências ainda mais profundas no camponês. Qual o interesse pela vida, fora da vida do trabalho e das relações sociais mediadas pelo trabalho? Essa condição pode ser sentida na discussão que tivemos com um dos assentados que, também, dirige uma igreja evangélica no assentamento – concluímos que a busca do Deus é para pedir a conquista da saúde, da moradia, da colheita, da terra e para agradecer essas mesmas conquistas. A terra arrendada, a ausência de trabalho na roça e os ganhos proporcionados por isso, dispensam a figura de Deus e por consequência, a própria igreja e suas tradições.

Como já descrito antes, o PA Canudos é dinâmico, assim como todos os assentamentos de Reforma Agrária do Brasil e, apesar de apresentarem indicadores de conflitos que estão conectados ao momento político brasileiro, da mesma forma, apresentam indicadores de resistência, próprio do contexto em que foram gestados, na luta pela terra e pelo direito de viver e produzir.

No PA Canudos a resistência se faz pelo próprio questionamento às mudanças em curso, transformações que não sabemos se serão duradouras. Os assentados simplesmente não assistem como simples espectadores e/ou como algo externo à própria condição de vida dos mesmos.

A Resistência Socioambiental nos foi relatada durante as visitas ao assentamento, o assédio aos assentados para o arrendamento dos lotes se transformou numa espécie de leilão, quando diferentes agentes do agronegócio oferecem valores cada vez maiores pelo arrendamento da parcela. A resistência socioambiental se traduz em dizer não aos arrendatários, mas é subjetivada na expressão da forma de morar no assentamento; na construção das casas, conforme aponta o trabalho de Marques (2016); na escolha das formas de viver e produzir.

As figuras 3 (A e B) apresentam duas moradias no PA Canudos. A primeira localiza-se na área 1B (município de Guapó), o camponês chegou ao local e não havia uma única árvore plantada, ele não apenas reflorestou o local onde foi construída a sua casa, como mantém um processo contínuo de recuperação das margens do rio dos Bois que passa por sua parcela. A segunda, é uma casa na área 3 (município de Palmeira de Goiás), nesta o camponês preserva uma tradição de morar em casa de palhas. Antes de qualquer juízo, é questão de escolha do viver, das subjetividades na forma de morar. Se não existisse o PA Canudos, provavelmente essas duas áreas mostradas na figura estariam uniformizadas enquanto área de produção de commodities.

Figura 3 (A e B) – Moradia em Canudos: expressões da subjetividade da relação com o lugar.



Fonte: Specian, Valdir (2021).

Enquanto o arrendamento provoca a homogeneização da paisagem em algumas parcelas, através da retirada das árvores que cresceram em meio ao pasto, um meio de “limpeza da terra” para a passagem do trator e do arado; em outras parcelas a prática cotidiana é do reflorestamento, do cuidado com água, da produção e compartilhamento do alimento que é produzido. A Resistência Socioambiental pode ser explicada pela relação ontológica do camponês com o Território e com o Lugar de manutenção da vida.

Para Souza Filho (2021), essa homogeneização da paisagem se opõe ao fundamento da função social da terra. O autor argumenta que o “capitalismo no campo tem aprofundado a destruição da natureza e expulsão das gentes” (Souza Filho, 2021, p. 230), e também acrescenta que os desertos verdes da agricultura são:

(...) territórios de morte donde toda a vida fica proibida de ingressar. São grandes, imensas, quase infinitas plantações de dinheiro. Nesta circunstância, a função social da terra ganha uma dimensão de vida ou morte. Não se trata mais de produzir, mas do quê e como produzir. Por isso, no conceito de função social se reconhece que a produção deve ser adequada e racional. (Souza Filho, 2021, p. 231).

Concordando com Souza Filho (2021), a função social da terra tem uma dimensão de respeito a todas as formas de vida e, portanto, da conservação do ambiente e da sociedade.

3.2 - Resistência Socioambiental, Agroecologia e Ressignificação do Trabalho no Campo

Os últimos anos (2020, 2021 e 2022) ficarão marcados na história da humanidade pela pandemia provocada pelo Coronavírus e pela fome que aumentou em todo o mundo. Uma análise rápida poderia associar a fome com a pandemia, tendo como base o recuo da produção agrícola. A primeira associação é correta, pessoas perderam empregos, sobretudo as pessoas mais pobres e/ou que trabalhavam nos setores da economia mais atingidos, como pequenos comércios. As famílias viram sua renda familiar desaparecer e a fome entrou nos lares.

Por outro lado, qualquer tentativa de associar a fome e a pandemia com o recuo da produção agrícola é mera especulação. No Brasil é fato que algumas áreas foram atingidas pela seca nos anos de 2020 e 2021, sobretudo no Centro Sul do país, prejudicando culturas como o café no Estado de Minas Gerais, mas o país, em geral, continua a bater recordes de produção de grãos e de avanço das áreas de produção de commodities. Para oferecer “luz” ao debate vale citar um trecho do prefácio da primeira edição de *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço de 1946*.

(...) É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (...) Veja o caso da Índia, nos últimos trinta anos do século passado (XIX) morreram de inanição naquele país mais de vinte milhões de habitantes. (...) Enquanto o porto de Calcutá continuava exportar para o estrangeiro quantidades consideráveis de cereais. (Castro, 2006, p. 13).

Respeitando o arcabouço geopolítico, científico e socioeconômico da época é possível perceber o problema da fome, no Brasil, parece manter uma íntima relação com o descrito por Josué de Castro. Produzimos e exportamos commodities (*cerais*), como: soja, milho, café; alguns processados como açúcar – produzido da cana-de-açúcar; cortes de carne – proveniente do abate de frangos, suínos e bovinos; commodities minerais, como: petróleo; ferro; níquel; alumínio; ouro e manganês, mas o povo continua a passar fome.

A soberania alimentar que poderia/deveria ser tratada como pauta número 1 em qualquer governo, foi esquecida, especialmente, no governo em curso no Brasil. A partir dessa pauta básica, soberania alimentar, as políticas públicas para financiamento da agricultura; conservação dos recursos naturais; produção de alimentos saudáveis; logística de armazenamento de alimentos e outras pautas correlatas comporiam um arcabouço de luta contra dois inimigos da humanidade, a fome e a destruição do planeta.

3.2.1 – A Unidade de Produção Agroecológica Colmeia – onde a utopia e a realidade se misturam

Uma característica preservada nas relações entre os assentados é a partilha e ajuda mútua. As cercas entre as parcelas, existem, mas os arames não são rígidos como nas divisas de terras camponesas com o latifundiário.

A interação é peça chave para a reprodução da vida e do trabalho nos assentamentos. A constituição de um assentamento forjado na luta, como o PA Canudos, encontram na partilha, desde os acampamentos e ocupações, uma premissa da vida. Sem compartilhamento não é possível resistir às condições impostas em pré-assentamentos. Constituir as primeiras roças; formar um pequeno rebanho; a busca pela água; a construção da moradia e a luta pelo direito de viver, entre tantos outros desafios, são possíveis apenas na partilha. Contudo, o núcleo familiar é condição fundamental para enfrentar os desafios impostos na conquista da terra.

No PA Canudos a história não é diferente, unir trabalhadores em mutirões para cuidar da parcela de uma família assentada que esteja com algum tipo de dificuldade é algo corriqueiro. Entre as parcelas que constituem o PA Canudos, existe a Unidade Colmeia, que dedicamos maior atenção.

Essa parcela do PA Canudos que recebeu o nome de Colmeia tem como marco de início o mês de novembro de 2019, portanto é recente, considerando o ano de instalação do assentamento. Nesta data, uma liderança nacional do MST em Goiás se instala no Assentamento Canudos⁶. A parcela que o mesmo passou a ocupar estava

⁶ O líder do MST foi convidado pelas lideranças do PA Canudos a ocupar um quinhão de terra (como ele chama) da área livre/comum do assentamento, próximo à antiga sede da Fazenda Palmeiras. Essa mudança para o assentamento tem relação com o momento que o mesmo estava passando. Em outubro de 2016 ele recebeu o direito à liberdade assistida, após ficar seis (6) meses preso, período de maio a outubro de 2016. Ele havia sido condenado pela ocupação da área da Usina de Álcool em Santa Helena de Goiás – na realidade a massa falida da Usina. Um detalhe é

tomada pelo capim braquiária; alguns velhos pés de manga; o solo desgastado pelo tempo. Sua missão: devolver vida ao solo e produzir alimentos livres de veneno, recuperando o quinhão de terra que recebera.

Em minhas andanças pelo PA Canudos, ouvi mais de uma vez de outros assentados que o projeto que começava a ser desenvolvido na Unidade Colmeia era de um *sonhador* – essa denominação é uma forma de dizer que ele não irá para frente, que está ausente da realidade. Talvez esteja embutido neste discurso, nesta definição do outro como sonhador um pré-conceito típico daquilo que Martins (2015, p. 10) chamou de modo “anômalo e inacabado como a modernidade se propõe num país como o Brasil e na realidade descompassada desta nossa América Latina”. Qual o limite do homem simples e como os mesmos são capturados pelo sistema vigente?

A pergunta encontra resposta nos próprios camponeses que almejam o desenvolvimento do assentamento como um projeto do agronegócio, na forma de lidar com a terra e com as relações de trabalho assalariado. Os mesmos, em sua maioria, que definem o outro como sonhador.

A privação do Camponês em poder falar com a massa e de articular os movimentos camponeses, fez com que ele se libertasse através da produção de alimentos saudáveis e da realização camponesa. Ele não precisou sair de sua casa para fazer acontecer o movimento – impedido – ele transformou sua prática diária no seu quinhão de terra em movimento, em discurso – sem a necessidade de discursar com as palavras. As pessoas passaram a visitar a Unidade Colmeia e difundir a boa nova.

A produção de alimentos saudáveis, a diversidade biológica, o tratamento orgânico do solo, a negação da “mais valia” nas relações de trabalho e a produção de alimentos livres de venenos são práticas de seu “discurso silencioso”. Um “drible da vaca” na justiça burguesa, que ficou sentada em sua cadeira de fazer injustiças, enquanto o camponês se encontrava, à frente ou às suas costas, com a liberdade proporcionada pelo encontro com a terra de produzir alimentos e discursos.

que ele não estava na ocupação, mas como liderança do movimento no Estado ele foi condenado em primeira instância com base na lei antiterrorismo – “uma punição exemplar”. O habeas corpus concedido pelo STJ, atendendo a sentença do Juiz de Santa Helena, impedia o mesmo de realizar atividade de organização política – de militante do movimento. Na prática, um duro castigo para quem vive pelo movimento. A solução encontrada para ele continuar desempenhando tarefas para o movimento foi a designação de uma nova atribuição: produzir comida livre de veneno e com respeito ao ambiente. Assim começa o projeto na Unidade de Produção Agroecológica Colmeia.

O trabalho na Unidade Colmeia é um exemplo de contraponto dos movimentos sociais ao paradigma estabelecido na “relação da degradação do homem/ambiente e a produção de alimentos intoxicados” (Chaveiro et al, 2021, p. 265). Na Unidade Colmeia se produz alimentos saudáveis.

Após a instalação na parcela, começa o trabalho, com a enxada, de afastar o capim braquiária para começar a horta, necessária para a alimentação do dia-a-dia. Aliado a isso, inicia-se a aplicação de projetos para ofertar uma nova lógica de vida para o lugar. O primeiro e contínuo projeto é o de plantar árvores, iniciando o processo de criação de uma agrofloresta, que foi denominada de Agrofloresta Ana Primavesi. O nome escolhido faz jus ao propósito defendido pela pesquisadora “Solo Sadio, Planta Sadia, Homem Sadio” (PRIMAVESI, s/d). A figuras 4 exhibe parte da produção da Unidade Colmeia.

O cuidado com o solo passou a ser uma prática na Unidade Colmeia, um rito educativo e produtivo. “Zelar do solo é, ao mesmo tempo, uma forma de zelar pela produção de alimentos saudáveis” (Chaveiro et. al., 2021, p. 282).

Figura 4 – Canteiros de Hortaliças na Unidade de Produção Colmeia.



Fonte: Specian, Valdir (2021)

A Agrofloresta Ana Primavesi tem funções que vão além da conservação do solo e produção de alimentos saudáveis. Para cada árvore plantada é realizada uma homenagem aos que viveram em prol de uma sociedade melhor. Quem visita a Unidade

Colmeia planta uma árvore. A Agrofloresta mantém viva a chama da esperança, resgatando a memória daqueles/daquelas que dedicaram a vida à sociedade e ao ambiente.

Para Chaveiro et. al. (2021):

A plantação de símbolos é parte do projeto da Unidade Colmeia, ajuda a ligar o solo à memória, e, portanto, à formação da consciência coletiva. Não à toa que os camponeses, com formação política e intelectual consistentes, na abertura dos trabalhos de campo e das atividades colaborativas na Unidade, geralmente apresentam os propósitos do projeto. (Chaveiro et. al., 2021, p. 270).

A preocupação com o solo e a produção de alimentos saudáveis é uma proposta do MST seguida na Unidade Colmeia. A questão envolve a orientação do movimento apresentado seu Programa Agrário (2014-2019), entre elas, destacamos:

46. A Reforma Agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de coprodução homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2015, p. 33, grifo nosso).

Após algumas experiências com os Sistemas de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) praticada nos primeiros anos do Movimento, a partir dos anos 2000 o MST encontrou na agroecologia uma nova orientação política, e uma resposta ao “paradigma da Revolução Verde” e do Agronegócio, para ser efetivada em seus Assentamentos Rurais (Moura, 2021, p. 100; De’Carli, 2013, p. 113).

A preocupação com o ambiente (natureza) e a produção de alimentos saudáveis aparecem em outros pontos do Programa Agrário do MST. O Movimento entende que a conservação dos recursos naturais está intimamente ligada à produção de alimentos sem o uso de venenos. Entre os recursos naturais, a água ganha destaque em vários pontos do Programa, com distinção para as nascentes do Cerrado que abastecem as principais bacias hidrográficas brasileiras.

Na divisão original do PA Canudos, das 329 parcelas/famílias assentadas, apenas 17 não tinham acesso a um curso d’água em sua parcela (nascente/riacho/represa ou rio).

Com a instalação das famílias no assentamento, a maioria delas passou a contar em suas parcelas com um poço raso (poço caipira ou cacimba) ou minipoço. Na Unidade Colmeia a água para irrigação das plantas é retirada de uma represa (período de seca) e de um poço caipira (se necessário) no período de chuvas. Parte da irrigação é realizada por gotejamento em culturas de ciclo mais longo. Nas hortaliças é usado o sistema de aspersão. Nas observações de campo foi possível verificar que o nível de represa que abastece a Unidade não se altera (diminui) com o uso da água para irrigação, existe sustentabilidade no uso do recurso.

Um segundo paradigma que é questionado na Unidade Colmeia é a exploração do trabalhador e o lucro sobre o mesmo. Para executar o projeto de recuperação da área, aliada à produção de alimentos saudáveis, foi necessário aumentar a força de trabalho na parcela. O “guardião da unidade de produção”, buscou no assentamento um parceiro para dividir a execução das tarefas na Unidade Colmeia. A divisão das tarefas ocorre na mesma proporção em que o retorno financeiro é auferido, ou seja, ele não contratou um trabalhador para explorar sua mão-de-obra, mas sim, um companheiro para dividir com ele o bônus do trabalho coletivo, conforme preconizado nos fundamentos do Programa de Reforma Agrária Popular do MST:

4. Produção - toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação (...) (MST, 2015, p. 36, grifo nosso).

Essa forma de pensar e agir muda toda a lógica produtiva. É um desafio, pois a maioria dos trabalhadores, dentro e fora do PA Canudos, se habituaram a ter um relação de trabalho em que se estabelece um valor pela venda da força de trabalho, independentemente dos resultados auferidos pela venda do que é produzido. O parceiro que passou a atuar na Unidade Colmeia é, igualmente, um assentado.

O terceiro paradigma que é contestado no processo produtivo da Unidade Colmeia é a venda segundo uma lógica de mercado, em que a oferta e a demanda determinam os preços e, também, exige o máximo de exploração dos solos, da água e dos

recursos naturais. A proposta é ofertar um preço justo ao consumidor final, respeitando os limites da natureza no “quinhão de terra”⁷ que gera a produção de alimentos saudáveis.

A venda (entrega) da produção passou a ser feita em Goiânia todos os domingos, usando o espaço (parceria) da Igreja São Judas Tadeu, Igreja Católica ligada aos Frades Dominicanos (Figura 6). O reconhecimento do trabalho dos Camponeses de produção agroecológica realizada na Unidade Colmeia fez com que o grupo de amigos/consumidores organizassem uma associação para dar apoio ao trabalho em curso. O caminho escolhido foi a organização de uma “Comunidade que Sustenta Agricultura – CSA.”⁸ A sigla, CSA, tem como referência (em inglês) – Community Supported Agriculture (Junqueira; Moretti, 2018).

Nas CSAs um grupo de pessoas se compromete a adquirir a produção da Unidade, em contrapartida, os membros da CSA podem opinar nas formas de produção, considerando que a produção tenha como referência a agroecologia. Carvalho e Oliveira (2021) elucidam a CSAs da seguinte maneira:

De forma geral, a CSA é um modelo de trabalho coletivo entre agricultores e um grupo de consumidores, que se comprometem a financiar a produção agrícola por um período e em contrapartida recebem periodicamente os alimentos produzidos. Assim, o agricultor produz com a certeza do escoamento da produção e sem a preocupação em determinar preço para cada item. (Carvalho; Oliveira, 2021, p. 1).

O trabalho de Junqueira e Moretti (2018) apresentam uma definição aprofundada das relações que se estabelecem nas CSAs:

Entram em cena não apenas necessidades, demandas e expectativas dos consumidores quanto à oferta de alimentos mais saudáveis, íntegros, frescos e naturais, mas também formas alternativas de organização dos circuitos de distribuição agroalimentar e expressões políticas ativas em relação à defesa, promoção e proteção da biodiversidade, da economia familiar, do desenvolvimento sustentável e endógeno do local e do combate aos desperdícios, à poluição ambiental e ao uso abusivo ou desregrado dos recursos naturais. (Junqueira; Moretti, 2018, p. 517 e 518).

⁷ A área total da Unidade de Produção Agroecológica Colmeia é de 10 ha, incluindo as áreas de reserva legal. A área utilizada para a produção não ultrapassa 3 hectares, conforme os dados de janeiro de 2022.

⁸ Sobre a criação das CSAs no Brasil e o histórico de surgimento na Europa e Estados Unidos podem ser encontrados em Sousa Junior (2013) e Sales et. al (2021).

A CSA criada para compartilhar a produção da Unidade Colmeia recebeu a denominação de CSA Art. 5º (uma referência ao 5º art. da Constituição Federal). No início se somaram a Unidade de Produção 12 (doze) coagricultores ou “coagris”, atualmente o grupo é formado por 51 coagris (Carvalho; Oliveira, 2021). Estima-se que são atendidas semanalmente cerca de 200 pessoas com os produtos produzidos na Unidade Colmeia.

O acordo firmado é que cada coagricultor pague um valor fixo de R\$180,00 ao mês (Cem reais/mês) em troca recebem uma cesta de alimentos semanalmente. O acordo previa que a cesta deveria ter no mínimo 6 tipos diferentes de alimentos, distribuídos entre: legumes, frutas, verduras ou tubérculos. Em média, os coagricultores recebem entre 10 a 12 produtos diferentes em cada cesta de alimentos. Não se estabelece um valor por produto. A relação é pautada na produção de alimentos saudáveis e no respeito aos seres humanos e a natureza. Além das cestas entregue entre os coagricultores, parte da produção da Unidade Colmeia é doada às famílias de ocupações urbanas em Goiânia, além da alimentação dos próprios camponeses e venda ou doação para outros assentados do PA Canudos.

Na CSA não existe o atravessador, a renda sobre o produto. Nas palavras da Liderança do MST, articulador da Unidade Colmeia, “a produção e o retorno financeiro obtidos na Unidade Colmeia é maior que em qualquer outra produção do agronegócio (commodities), comparando uma mesma área de uso”.

Uma pesquisa, em andamento, realizada por um técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, mostra que a Unidade Colmeia produz 82 (oitenta e duas) variedades de alimentos. Em uma de nossas passagens pela Unidade Colmeia computamos a produção contínua de 28 variedades de alimentos, sendo: alface (três variedades); couve; berinjela; banana (diversas variedades); açafrão; pequi; quiabo; beterraba; batata doce; mandioca; cebola (experimental); salsa, cebolinha verde; tomate (duas variedades); maxixe; abóbora (diversas variedades); mamão; rúcula; ovos; repolho; jiló; inhame; pimenta (diversas variedades); milho; couve-flor; manga; jenipapo; limão; mel e outros. Além disso, já foi cultivado arroz e vários tipos de frutas foram plantadas.

O quarto paradigma superado pela lógica produtiva na Unidade Colmeia é de que não é possível gerar tecnologias para a produção agroecológica. Na Unidade Colmeia é seguido uma outra orientação proposta pelo Programa Agrário do MST (MST, 2015),

da pesquisa e extensão rural voltados para a produção agroecológica e soberania alimentar. Entre os pontos apresentados no Programa Agrário do MST, destacamos:

Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país;

Assegurar que a assistência técnica, a transferência de tecnologias, o fomento e extensão rural tenham como orientação política os princípios da democratização dos conhecimentos, o favorecimento de intercâmbios e o estímulo à criatividade dos camponeses. (MST, 2015, p. 43 e 45).

A Unidade Colmeia recebe pesquisadores de várias universidades brasileiras: Universidade Estadual de Goiás (UEG); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras. Uma das pesquisas de destaque que está sendo testada na Unidade Colmeia é da aplicação de um fertilizante natural produzido com nanotecnologia. A pesquisa é conduzida por pesquisadores da UnB (Brasil, 2021). Os resultados iniciais mostram aumento da capacidade de produção em um ambiente livre de venenos. Portanto, é possível desenvolver tecnologias para aplicar na agricultura de pequena escala voltada para a agroecologia.

Por fim, conforme preconiza Souza (2018), a superação da separação da sociedade x natureza é uma condição que está na “ordem do dia”. Enquanto a regra do campo brasileiro, em geral, e de algumas parcelas, arrendadas, do PA Canudos é de retirar árvores, homogeneizar a paisagem com a monocultura de soja e milho. Na Unidade Colmeia ocorre o contrário – plantam-se árvores, que ofertarão sombreamento para o cultivo de outras espécies. Gerando massa orgânica para o solo, produzindo e cuidando do solo. É uma forma de buscar o caminho contrário apontado por Foster (2014). Na Unidade Colmeia ocorre uma tentativa de recuperação da relação metabólica – homem/natureza.

No momento em que escrevíamos esse capítulo final de tese ocorreu o lançamento da pré-candidatura⁹ do “Guardião da Parcela Colmeia” para ocupar uma vaga

⁹ O Lançamento foi realizado simbolicamente na Unidade de Produção Agroecológica Colmeia no dia 19 de março de 2022. Neste dia foram plantadas árvores em um bosque denominado José Porfírio, uma homenagem a um camponês que ousou lutar pela reforma agrária em Goiás e no Brasil, tornou-se o primeiro Deputado Estadual Camponês de Goiás e, infelizmente, teve um fim

no Congresso Nacional, como Deputado Federal. Se por um lado, a candidatura ameaça parte do projeto de Resistência Socioambiental na Unidade Colmeia, com o afastamento do mentor/articular do projeto; por outro, amplia-se a possibilidade de discussão da produção de alimentos saudáveis no campo.

A candidatura vem apoiada como uma tarefa do MST, ou seja, a candidatura marca oficialmente uma mudança de postura do movimento. De mudar a forma de luta, incorporando outros métodos. Garantir a terra para quem quer produzir alimentos saudáveis, ou seja, fora do pacote utilizado pelo agronegócio. O movimento não vira partido, como algumas pessoas imaginam. O movimento se apoia no partido que sempre apoiou (Partido dos Trabalhadores) para estruturar uma nova forma de luta pela Reforma Agrária, Conservação dos Recursos Naturais, Produção de Alimentos Saudáveis e a busca da Soberania Alimentar em país de milhões de famintos. Uma reviravolta criticada por muitos intelectuais, mas, com certeza, aprovada por outros.

A esperança brota da terra, mas a terra precisa ser cultivada, cuidada. O processo de “uma nova ocupação do PA Canudos” protagonizado pelo avanço do agronegócio, tanto pelas mãos dos camponeses do assentamento, quanto por agentes externos, gera conflitos e resistências. Considerando a lógica política presente (2022), os Assentamentos de Reforma Agrária terão dificuldades para resistir, mas essa é uma história em curso, qualquer interpretação precipitada poderá vir carregada de equívocos.

A esperança é o movimento de resistência socioambiental – ele é contínuo/é movimento. A esperança, ademais, está na mudança da ordem política vigente. Por isso a importância das eleições neste ano de 2022. A esperança brota na terra e na possibilidade de projetar um futuro em que o Cerrado seja pensado enquanto Território e Bioma, pois sem o Bioma e a sua diversidade o Território padece. A destruição do Cerrado compromete a conservação daquilo que é fundamental para a manutenção da vida, a Água.

trágico, desapareceu durante o regime militar no mês de julho de 1973. O seu corpo nunca foi encontrado. O bosque José Porfírio é uma tentativa de recuperação de uma área degradada do Latifúndio que deu origem ao Assentamento Canudos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Reconhecer o trabalho dos camponeses e debater os ganhos da reforma agrária com a permanência das pessoas no campo, na produção de alimentos e não commodities, na diminuição da fome do Brasil e do mundo, são temas importantes que nos direcionam para pensar novos conceitos. A Resistência Socioambiental é um conceito que traz para o debate essas questões. O conceito permite direcionar as discussões para além das páginas de conflitos – que existem e continuarão a existir; é possível pensar a qualidade de vida a partir de um movimento contrário – de moradia das pessoas no campo, de esvaziamento das periferias urbanas e retorno desses camponeses expropriados à terra. Pode significar a diminuição da violência, da fome, das desigualdades sociais – essa é a força que pode ser pensada para a Resistência Socioambiental.

Os camponeses no Cerrado mostram que as premissas para acabar com a fome no Brasil serão conquistadas com respeito ao trabalhador, à reforma agrária e à conservação do Bioma. A experiência na Unidade Colmeia é um exemplo de produção de alimentos e conservação do Cerrado. A escala de produção na Unidade Colmeia é a própria resposta à conservação.

A destruição do Cerrado e o esgotamento dos seus recursos acontecem na escala de cada propriedade rural, independente do seu tamanho. A resposta a sua conservação pode ser realizada nesta mesma escala. A conservação dos remanescentes do Cerrado e a recuperação de cada curso d'água que deixou de correr no “último verão” será uma forma de recuperar o próprio Bioma Cerrado. Essa recuperação é possível com a ocupação do Cerrado. Uma ocupação que compreenda que produzir alimentos saudáveis é apenas possível com respeito ao ambiente.

5. REFERÊNCIAS

ANACLETO, Álvaro. *As disputas territoriais na construção do Assentamento Canudos, em Goiás*. 2014. 193 f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Presidente Prudente/SP, 2014.

BRANDÃO, Carlos R. *No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 2003, p. 376.

CARVALHO, Ludmilla L.; OLIVEIRA, Janice M. Comunidade que Sustenta a Agricultura: experiência exitosa em Goiás. In: XXXII Congresso Brasileiro de Agronomia, 2021, Florianópolis/SC. *Anais...* do XXXII CBA, 2021.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 318.

CHAVEIRO, Eguimar F.; GONÇALVES, Ricardo J. de A. Fernandes; SPECIAN, Valdir. Plantar vida, plantar símbolos - ambiente e produção de alimentos saudáveis: o exemplo da Unidade Produtiva Colmeia, Assentamento Canudos, Goiás. In: CARNEIRO, Vandervilson A.; NASSER, Maurício D.; RUAS, Keli S. (Org.). *Estudos Rurais e abordagens geográficas: tessituras, olhares e caminhos*. Anápolis – GO: SAMA (livro eletrônico), 2021, pp. 264 – 290.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo: Brasil-2019*. Goiânia: CPT Nacional (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), 2020, p. 247.

DATALUTA. *Relatório DATALUTA Brasil*. Presidente Prudente/SP: NERA, nº 21, 2020, p. 89.

DE' CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra/Portugal, n. 100, pp. 105 – 130, 2013.

ESTÁCIO, Francisca de Sousa. *MST e suas ações de luta pela terra no Estado de Goiás*. 2018. 102 f. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG, Goiânia-GO, 2017.

FERNANDES, Bernardo M.; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros. A Questão Agrária no primeiro ano do Governo Bolsonaro. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, pp. 333-362, dez, 2020.

FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx: materialismo e natureza* (tradução de Maria Teresa Machado). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 418.

FREITAS, Gabriele C. de; ARAÚJO NETO, Luiz A.; D'ÁVILA, Cristiane. Fome no Brasil: a incerteza da comida na mesa em um país assolado pela Covid-19. *Casa de Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ*. Notícias, 2021.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro L.; PIRES, Cláudia L. Zeferino (Org.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura*. Porto Alegre: Editora Letra I, 2016, pp. 15 – 34.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; UFG – Universidade Federal de Goiás. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Canudos*. Goiânia, UFG/INCRA, 2003.

JESUS, José Novais de. *A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA*. 2020. 497 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG, Goiânia-GO, 2020.

JUNQUEIRA, Antonio H.; MORETTI, Sérgio L. do Amaral. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro/RJ, vol. 26, nº 3, pp. 517 – 538, 2018.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 494.

LUSTOSA, Monalisa. A fome, no Brasil, tem rosto de mulher. *Brasil de Fato* (artigo de opinião), João Pessoa/PB, ago. 2021.

MARQUES, Ana Carolina de O. *Cartografia das Moradias em Canudos: a dimensão política do morar*. 2017. 273 f. TESE (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG, Goiânia-GO, 2017.

MARQUES, Ana Carolina de O.; CHAVEIRO, Eguimar F. Moradia e cultura em território do Cerrado – o Assentamento Canudos (GOIÁS). *GEOAMBIENTE ON-LINE*. Jataí/GO, nº 35, pp. 332 – 350, set./dez. 2019.

MARTINS, J. de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto. 2015, p. 172 p.

MARTINS, José de S. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes. 1986, p. 112.

MARTINS, José de S. *O Poder do Atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec. 1994, p. 174 p.

MITIDIERO JUNIOR, Marco A.; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. *FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG*. Rio de Janeiro/RJ. 2021.

MONDARDO, Marcos L.; AZEVEDO, José R. Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais. *Revista NERA* (Dossiê – 2019), Presidente Prudente, vol. 22, n. 47, pp. 296 - 320, 2019.

MOURA, Filipe Borba de. *Geopolítica dos Conflitos: agroecologia e movimentos sociais na resistência ao agronegócio em Goiás*. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Goiás: Câmpus Cora Coralina, Goiás, 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. *Programa Agrário do MST* (Cartilha). São Paulo: MST. 2015, p. 56.

NEVES, José A.; MACHADO, Mick L.; ALMEIDA, Luna Dias de; MORENO, Yara M. Franco; MEDEIROS, Maria A. T. de; VASCONCELOS, Francisco de A. G. de. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. *Revista de Nutrição*. Campinas: PUC, volume 34, pp. 01 – 07, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001, 178p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Geografias agrárias a partir da Panamazônia: Lutas Socioambientais e Fronteiras do Capital no Brasil. In: *XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária (2021)*. Palestra de Abertura, 07 de abril de 2021.

PRIMAVESI, Ana Maria. *O Solo: a base da vida em nosso globo*. Mimeografado. Fazenda Ecológica – Itai/SP. Sem Data. 13 p.

PROENÇA, Wander de Lara. O Método da Observação Participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. *Revista Aulas*, Campinas/SP, nº 4, 2007, pp. 01 – 24.

SALES, Pedro C. M.; SOARES, João P. G.; JUNQUEIRA, Ana M. R.; PANTOJA, Maria J. Comunidades que sustentam a agricultura (CSAs): produção orgânica integrada e escoamento de produtos. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional*, Taquara/RS - v. 19, n. 1, 2022, pp. 191 – 214.

SANTOS, Simoni R. *Injustiça e conflitos ambientais: uma abordagem nas comunidades geraizeiras de Formosa do Rio Preto/BA*. 2021. 116 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, UFT – Câmpus de Porto Nacional, Porto Nacional, 2021.

SILVA, Edson B. da. *Cercados e a Contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)*. Tese de doutorado defendida em 2018.

SILVA, José Graziano. Graziano: fome no Brasil pode chegar a "situação explosiva". *Deutsche Welle Brasil* (entrevista), Brasília – DF, mar. 2022.

SILVEIRA, André Luiz R. da.; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. Pastoreio em Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*): Uma alternativa à flutuação estacional no assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás. *Revista Cadernos de Agroecologia*. Recife/PE: Associação Brasileira de Agroecologia, v. 8, n.1, pp. 19 – 30, 2013.

SOUZA FILHO, Carlos F. Marés de. *A Função Social da Terra*. Curitiba: Arte e Letra, 2021, p. 252.

SOUZA, Marcelo L. de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, vol. 22, n. 2, pp. 274 – 308, 2018.

STRASSBURG, Bernardo; BROOKS, Thomas; FELTRAN-BARBIERI, Rafael; CROUZEILLES, Renato. Moment of truth for the Cerrado hotspot. *NATURE ECOLOGY & EVOLUTION*, v.1, 2017.

Recebido em 12/09/2023

Aceito em 16/10/2023

Publicado em 26/01/2024